

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 11/09/2014 - Edição 1121

Sindicato dos Vigilantes participa de Ato de Lançamento do Piso Nacional no RJ

Dando prosseguimento à Campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri, representado pelo seu presidente Amaro Pereira, estará presente no Ato de Lançamento do Piso Nacional dos Vigilantes, no próximo sábado, dia 13 de setembro, na Câmara de Vereadores de Niterói, no Rio de Janeiro.

Depois da conquista de 30% de periculosidade, a categoria busca vencer o desafio de garantir uma remuneração digna a todos os profissionais de segurança privada do Brasil.

“Todos os vigilantes merecem respeito e reconhecimento pelo árduo trabalho desenvolvido diariamente, já que sacrificam suas vidas para proteger patrimônios e pessoas”, afirma o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira.

O ato está sendo organizado pelos Sindicatos dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e Regiões, de Petrópolis e Regiões e de Duque de Caxias, a Federação Interestadual dos Vigilantes (Fevig) e a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e espera contar com a presença de muitos trabalhadores e sindicatos engajados na luta pelo Piso Unificado.

**VIGILANTE
PISO NACIONAL
3 MIL REAIS**



CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES



CUT BRASIL

Piso Nacional de R\$ 3 mil já!

O valor de R\$ 3 mil está inserido no plano de lutas de confederações e sindicatos e leva em consideração estudo do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos,) desgaste físico e mental resultado da atividade desenvolvida, entre outros fatores que apontam o valor como o mínimo justo para a categoria.

“Um piso salarial digno, além de trazer mais valorização e qualificação aos profissionais, vai ajudar a preservar a vida das pessoas já que os vigilantes

estarão em plenas condições físico-mentais para prestar um serviço de qualidade”, ressalta o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri.

Já confirmaram presença no Ato os Sindicatos de Vigilantes de Nilópolis e Mesquita, Sindicato de Itaguaí e Seropédica e o Sindesverj.

Ato de Lançamento do Piso Nacional dos Vigilantes

Data: 13 de setembro

Horário: a partir das 9 horas

Local: Câmara de Vereadores de Niterói (Rio de Janeiro)

Endereço: Av. Ernani do Amaral Peixoto 625, centro de Niterói

Fonte: Força Sindical

Vigilantes do Cenam e Usip, em Sergipe, retomam os trabalhos



Salários foram regularizados e a categoria encerrou a greve (Foto: arquivo Portal Infonet)

Os vigilantes que prestam serviços ao Centro de Atendimento ao Menor (Cenam), à Unidade Socioeducativa de Internação Provisória (Usip) e à Fundação Renascer tiveram os salários regularizados e decidiram retomar os trabalhos no início da noite desta quarta-feira, 10.

O pagamento foi efetuado no fim da tarde pela empresa Brava - Segurança e Vigilância Patrimonial, mas a Fundação Renascer continua com pendências nos pagamentos com a Brava, segundo explicações do diretor de comunicação do Sindicato dos Vigilantes de Sergipe (Sindivigilantes), Genilson Pereira. “Nossa preocupação é com a Fundação Renascer. Se ela não fizer o pagamento à Brava, o bem estar do funcionário será prejudicado, pois a empresa não terá como cobrir os salários”, lamenta.

Fundação Renascer

A Fundação Renascer informou que está aguardando o recebimento de recursos oriundos da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) para o repasse possa ser feito à empresa Brava.

Paralisação

A paralisação dos vigilantes foi iniciada na última terça-feira, 9, em virtude do atraso dos salários. Segundo o Sindivigilantes, 110 profissionais aderiram à greve.

Fonte: InfoNet

Turma considera inválida redução de intervalo intrajornada na Malwee



A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Malwee Malhas Pomerode Ltda. a pagar em dobro a uma industriária o período do intervalo intrajornada reduzido por convenção coletiva. A decisão segue a jurisprudência do TST no sentido de considerar inválida a cláusula de acordo ou convenção coletiva que reduza ou suprima o intervalo intrajornada por se tratar de medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantida nos artigos 7º da Constituição Federal e 71 da CLT.

Na reclamação trabalhista ajuizada contra a malharia, a trabalhadora afirmou que o intervalo para descanso e alimentação era de apenas 30 minutos, quando deveria ser de, pelo menos, uma hora. A Malwee, em contestação, alegou que a redução estaria autorizada pela Portaria 42 do MTE.

A Vara do Trabalho de Timbó (SC) julgou procedente o pedido da industriária porque a empresa não tinha autorização específica do MTE para todo o período em que ela trabalhou na malharia. O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) modificou a sentença para considerar válida a redução. Segundo o Regional, a Portaria 42 do MTE, revogada em 2010,

autorizava a redução, e a omissão do órgão governamental em emitir nova autorização “é fato público e notório na seara trabalhista”. Assim, concluiu que não se deveria penalizar o empregador por ter seguido a orientação da autoridade pública.

A industriária recorreu ao TST. A relatora do recurso, ministra Delaíde Miranda Arantes, destacou que o TST já tem entendimento pacificado sobre a matéria, e que o empregador precisa de autorização específica do MTE para poder reduzir o intervalo, ainda que por norma coletiva. “Sem a fiscalização a ser exercida sobre cada empresa, não haverá como demonstrar que o estabelecimento do empregador atende às exigências concernentes à organização dos refeitórios, como dispõe o artigo 71, parágrafo 3º, da CLT”, afirmou. “Não há como o MTE fazer-se substituir pelo particular - no caso, os sindicatos - para fins de fazer valer a atuação fiscalizadora que lhe é imposta pela CLT”.

Os valores serão pagos com adicional de 50% e reflexos em outras verbas, bem como a incidência de contribuição previdenciária, conforme prevê a Súmula 437 do TST. A decisão foi unânime.

Fonte: TST

A taxa de segurança pública nos estádios *

Clubes devem utilizar na maioria dos seus jogos segurança particular e só requisitar comparecimento da PM naqueles nos quais houver público visitante e naqueles em que estudos de segurança mostrem necessidade.

Em um evento esportivo, a princípio, estarão presentes os jogadores, membros de comissões técnicas, equipe de arbitragem, gandulas, funcionários responsáveis pela bilheteria, colaboradores que organizarão a portaria, imprensa, torcedores e policiais. Para eventos dessa natureza, de acordo com a lei 15.266, é necessário o recolhimento de uma taxa para garantir a presença de policiais militares para sustentar a segurança do local.

Sem a condição de torcedor e de presidente do Conselho Deliberativo do Comercial Futebol Clube, mas tratando a questão unicamente do ponto de vista jurídico, é necessário fazer aqui algumas ponderações sobre a cobrança da taxa para realização de partidas de futebol. A discussão é sobre a exigência da taxa para garantir a presença da polícia militar.

No sistema tributário brasileiro há cinco espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições “gerais”. No caso específico, está-se diante de taxa. Este tributo se diferencia dos demais por depender de uma contraprestação do Estado. A taxa pode ser exigida a partir do exercício do poder de polícia ou pela prestação de um serviço público específico e divisível. O exercício do poder de polícia não se assemelha com atividade da Polícia Militar ou da Polícia Civil. Trata-se de

atividades de fiscalização, como, por exemplo, aferir o cumprimento de uma lei, como a da cidade limpa.

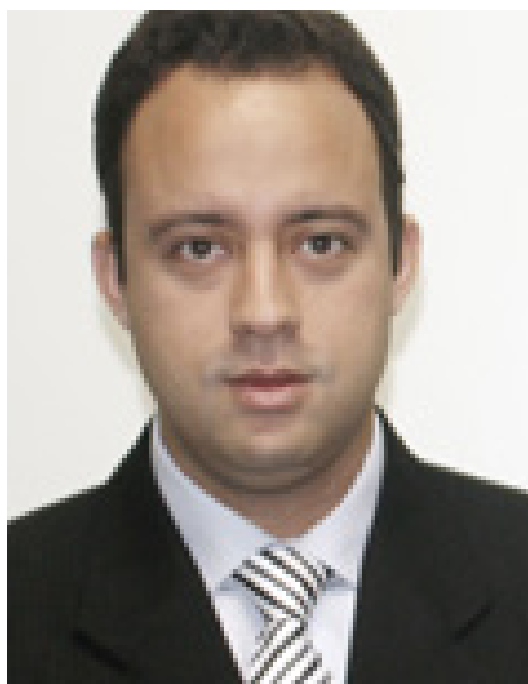
Já a taxa em função da prestação de um serviço público depende do cumprimento de dois requisitos: especificidade e divisibilidade. É necessário especificar as pessoas que se beneficiam daquela atividade, e, além disso, o tanto que cada uma delas assimila daquele serviço. No caso, estamos diante de uma taxa de serviço de segurança.

É impossível dividir entre cada um dos personagens do evento esportivo, o quanto cada um deles experimentou do serviço de segurança. Traduzindo: é possível quantificar o quanto o trio de arbitragem se aproveitou do serviço de segurança, comparado, por exemplo, com o quanto os membros da bilheteria fizeram uso dessa atividade? É impossível chegar a essa quantificação. Não se trata de

um serviço divisível, não podendo ser alvo de taxa. Portanto, a lei 15.266 é inconstitucional porque se trata de hipótese de taxa de serviço indivisível.

Economicamente, é certo, esse serviço há de ser sustentado com o dinheiro dos impostos; não com o das taxas, tendo-se em vista que essa figura tributária depende de serviço público específico e divisível, com o que, de fato, o serviço de segurança não se coaduna – ainda que prestado dentro dos estádios.

Portanto, basta que os clubes utilizem na maioria dos seus jogos dos serviços de segurança particular. E só naqueles nos quais houver presença de público visitante e conforme estudos dos órgãos de segurança, requisitar o comparecimento da Polícia Militar. Sem a cobrança, é certo, da inconstitucional taxa de segurança pública.



*Por: David Borges Isaac, sócio do escritório Brasil Salomão e Matthes Advocacia

Luta por reforma do sistema político continua

Na internet participaram 1.744.872 pessoas da votação do Plebiscito; Resultado final sairá dia 21



Resultado final da votação será divulgado dia 21

A votação online do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político foi divulgada nessa terça-feira (9).

Depois de uma intensa semana mobilização dos movimentos sindical e social, 1.744.872 pessoas votaram pela internet em todo o país. Destas, 96,9% (1.691.006) foram a favor da Constituinte do Sistema Político e 3,1% (53.866) contra.

O resultado final da votação das urnas fixas que estiveram espalhadas pelo Brasil será divulgado pelas 450 organizações que compõem o Plebiscito no dia 21 de setembro, em coletiva de imprensa.

O advogado José Eymar Loguercio afirma que o plebiscito recolocou para a sociedade a necessidade de reformar o sistema político. “Significa repolitizar os locais de trabalho, ou seja, os trabalhadores entenderem que são sujeitos dessa história e que não é apenas votar para o seu candidato nas eleições, mas questionar o modelo de representação”.

Pesquisadora do Cesit/Unicamp, Magda Barros Biavaschi, afirma que votou “sim” no Plebiscito. “A reforma política é fundamental, pois há muito tempo tramita no parlamento e a gente não consegue aprovar”.

Para Loguercio, o plebiscito tem relação direta com umas das principais questões que está sendo também discutida neste momento: a terceirização. “É importante pensar no parlamento porque ele é o espaço de regulação de trabalho, é o local de proteção dos trabalhadores. Porque a legislação trabalhista é o limite que se estabelece para as empresas, para o capital que busca somente o lucro”.

A secretária de Imprensa da CUT São Paulo, Adriana Magalhães, alerta que o plebiscito acaba, mas a luta pela

reforma política continua “Encerramos uma intensa mobilização nas ruas do Brasil que nos ajudou a refletir sobre quem nos representa no Congresso. Sabemos que os empresários e o agronegócio estão articulados para aprovar a terceirização sem limites. Nas eleições, não podemos votar em candidatos que não apoiam a classe trabalhadora”, conclui.

O militante da Consulta Popular, advogado e um dos autores do livro Outro sistema político é possível, Rafael Locateli Tatemoto, afirma que os movimentos deram uma resposta ao momento atual. “Nossa tarefa mais importante agora é contabilizar os votos para depois transformá-los em força social e pressão sobre o Congresso”.

Para ele, o plebiscito ampliou o nível debate político entre a população. “Nesse momento de eleição, deixou também mais claro quem são aqueles que querem mudanças no sistema político e aqueles que não querem”, conclui.

Entre os dias 1º e 7 de setembro de setembro, cerca de 40 mil urnas fixas e volantes estiveram disponíveis em todo o Brasil. A contagem dos votos coletados começou a ser feita nos estados também na segunda-feira (8) e ocorre até o dia 14. A previsão é que o resultado final da campanha seja divulgado no dia 21 deste mês.

Secretaria Operativa Nacional emite nota

A Secretaria Operativa Nacional da Campanha pelo Plebiscito da Reforma Política emitiu uma nota oficial nesta terça-feira (9) com o balanço parcial da apuração dos votos coletados entre 1º e 8 de setembro.

Confira abaixo a íntegra do comunicado:

Estimados brasileiros e brasileiras

Como Secretaria Operativa Nacional da nossa Campanha, em nome de mais de 450 organizações participantes e 1800 Comitês Populares, queremos saudar os milhões de Brasileiros e Brasileiras que participaram do Plebiscito Popular dando o seu voto em Urnas Físicas ou pela Internet.

Também queremos saudar e parabenizar os milhares de militantes e ativistas voluntários que, em todos os rincões do nosso imenso Brasil, do Oiapoque ao Chuí, construíram com muita dedicação, força, coragem e alegria o Plebiscito Popular pela Constituinte. Se dedicaram desde o Lançamento Nacional - em Novembro de 2013 -, na construção de Lançamentos Estaduais, Cursos de Formação de Ativistas, Organização de

Comitês Populares, Ações Públicas nos Dias de Luta, até chegar a tão esperada Semana da Pátria, em que se instalaram mais de 40.000 urnas por todo o país, e todos trabalharam em mutirão para conversar com a população sobre as necessárias mudanças do sistema político e os rumos do nosso país.

Com o trabalho de todos estes ativistas, nossa Campanha pela “Constituinte Já” ocupou as ruas, as praças, escolas, fábricas, universidades, paróquias, povoados, assentamentos rurais, sindicatos, e na era da internet, também ocupamos as redes sociais, com fotos, memes, hashtags e muita criatividade. Envolvemos artistas, intelectuais, lideranças sindicais e populares. Pressionamos os candidatos às eleições a se posicionarem sobre o tema, especialmente os presidenciais.

Assim, conseguimos ampla repercussão, apesar do “muro de silêncio”, propositalmente montado pela grande mídia, o que só reforça a nossa posição pela democratização dos meios de comunicação no Brasil.

Os próximos dias ainda serão de grande trabalho, nos quais os Comitês Populares estão mobilizados em contabilizar os votos em urnas “físicas”. No entanto, já divulgaremos o resultado da Votação pela Internet (OnLine), tivemos a participação de 1.744.872 pessoas em todo o país, destas 96, 9% (1.691.006) votaram SIM à Constituinte do Sistema Político, e 3,1% (53.866) votaram NÃO.

O resultado final da votação será divulgado no dia 21 de Setembro, em Coletiva de Imprensa (em breve enviaremos mais informações). Em seguida, ainda sem data definida, entregaremos os resultados do Plebiscito Popular aos três poderes: Presidência da República (Executivo), Congresso Nacional (Legislativo) e Supremo Tribunal Federal (Judiciário), como forma de pressionar, especialmente o Congresso, por um Plebiscito Oficial com o mesmo tema do Plebiscito Popular.

Embora não tenhamos os números finais, podemos afirmar que a batalha foi vitoriosa. Sabemos que a conquista de uma Constituinte para fazer a Reforma Política, e destravar as reformas estruturais que a nação necessita, não será tarefa fácil, mas seguiremos organizados e mobilizados para levar esta bandeira adiante nos próximos períodos.

Acreditamos, sem a menor sombra de dúvida, que todo este processo de mobilização se coloca entre um dos maiores e mais importantes realizados em unidade entre o movimento popular, sindical e da juventude. Estamos confiantes que a força social e política demonstrada no Plebiscito Popular será preservada e ampliada no próximo período e nos garantirá a vitória!

São Paulo, 9 de setembro de 2014
Secretaria Operativa Nacional

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Priscilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo

Vigilante devolve dinheiro encontrado em agência bancária, em Rondônia

Na manhã desta terça-feira, 09, um vigilante de agência bancária de Colorado do Oeste, demonstrou o significado de honestidade ao devolver o dinheiro que encontrou.

Claudemir Freitas Pereira, 30 anos, foi ao banco pagar algumas contas, havia levado R\$ 700,00 em dinheiro. Porém, ao tirar o celular do bolso para passar pelo detector de metais da porta giratória, o dinheiro caiu e ficou entre o chão e a porta. Não percebendo que havia deixado cair, ele adentrou a agência e permaneceu aguardando atendimento.

O vigilante da agência, L. P, percebeu que havia algo alterando o movimento da porta giratória e ao averiguar o que era, encontrou o dinheiro. Vendo aquela quantia ele não hesitou em localizar o dono.

Claudemir ficou surpreso ao ser abordado pelo vigilante, mas de pronto soube dizer qual a exata quantia e o valor das contas que ia pagar. O rapaz agradeceu imensamente o gesto de honestidade do segurança.

Fonte: Tudo Rondônia



Claudemir (foto) ficou surpreso com a honestidade do vigilante



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF